

Conflito Conjugal e Sistema Parental: Uma Revisão Integrativa da Literatura Nacional

Ana Helena Koprowski¹

Gabriela Senedese de Pauli Galindo²

Lauren Beltrão Gomes³

Resumo

Trata-se de uma revisão integrativa da produção científica nacional acerca das relações entre conflito conjugal e parentalidade. Realizou-se buscas de artigos publicados em periódicos indexados entre os anos de 2008 e 2020, nas bases de dados Scielo, Index Psicologia e PePSIC. De um montante de 164 documentos, foram analisados 15 artigos científicos. Embora a continuidade do interesse pela temática ao longo dos últimos anos, constatou-se a escassez de pesquisas no contexto nacional. Os estudos evidenciaram a permeabilidade entre os sistemas conjugal e parental e, mesmo que tenham apontado a bidirecionalidade das relações entre eles, focaram nos impactos dos conflitos conjugais sobre a parentalidade e enfatizaram os conflitos conjugais negativos em detrimento dos positivos. Os achados podem contribuir para a construção e incremento de políticas públicas direcionadas à promoção do desenvolvimento familiar, e para o aperfeiçoamento de intervenções junto às famílias, focadas na identificação e incremento de estratégias positivas de resolução de conflitos.

Palavras-chave: Conflito Conjugal, Relações Conjugais, Parentalidade, Relações Familiares

Marital Conflict and Parental System: An Integrative Review of Nacional Literature

Abstract

This study is an integrative review of national scientific production about the relations between marital conflict and parenting. Searches of articles published in indexed journals between 2008 and 2020 were carried out in the Scielo, Index Psicologia and PePSIC databases. From 164 documents, 15 scientific articles were analyzed. Despite the continued interest in the theme over the past few years, there was a lack of research in the national context. The studies showed the permeability between the marital and parental systems and, although they pointed to the two-way relationship between them, they focused on the impacts of marital conflicts on parenting and emphasize negative marital conflicts. The results can contribute to the construction and increase of public policies aimed at promoting family

¹ Psicóloga graduada pela Universidade Regional de Blumenau (FURB)

² Psicóloga graduada pela Universidade Regional de Blumenau (FURB)

³ Psicóloga, Doutora em Psicologia e Professora efetiva do Departamento de Psicologia da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

development, and for the improvement of interventions with families, focused on the identification and adoption of positive conflict resolution strategies.

Keywords: *marital conflict, marital relations, parenting, family relations*

O relacionamento conjugal tem sido apontado como um fator preponderante para a qualidade de vida das famílias, haja vista que o padrão de ajustamento conjugal empregado pelo casal, as formas de comunicação e as estratégias de resolução de conflitos influenciam a qualidade das relações entre as figuras parentais e sua prole. Dessa forma, entende-se que os conflitos conjugais influenciam todo o sistema familiar, especialmente as relações entre o subsistema conjugal (casal) e o parental (pais-criança) (Bolze et al., 2017; Merrifield & Gamble, 2013; Schoppe-Sullivan & Mangelsdorf, 2013). Conflitos fazem parte das relações humanas e, portanto, permeiam a vida e o desenvolvimento das famílias. A maneira pela qual as famílias lidam e encaminham suas desavenças é que diferencia o impacto que tais conflitos terão no desenvolvimento familiar e no processo desenvolvimental de cada um de seus membros (Merrifield & Gamble, 2013; Padilha et al., 2019).

O Conflito Conjugal pode ser definido como qualquer situação de interação entre o casal que envolva diferença de opinião e pode ser classificado como construtivo ou destrutivo. São construtivos quando envolvem comportamentos que incluem sua resolução com estratégias positivas de resolução dos problemas, como a busca pelo acordo, boa comunicação e demonstração de afeto, apoio entre o casal, respeito mútuo e percepções positivas de conflitos não resolvidos. Conflitos destrutivos são entendidos como aqueles que abarcam estratégias de agressão verbal ou violência física entre os membros do casal, hostilidade não verbal ou recusa ao diálogo. As estratégias construtivas não apenas reduzem respostas negativas ou problemas de ajustamento dos filhos, como também aumentam aspectos positivos do funcionamento psicológico deles (McCoy et al., 2013).

Uma das hipóteses explicativas para compreender a dinâmica do processo de influência recíproca dos sistemas parental e conjugal foi denominada de efeito *spillover*, fenômeno que se refere ao transbordamento do clima emocional da relação conjugal para o sistema parental e o exercício da parentalidade e vice-versa (Erel & Burman, 1995). Conforme tal concepção, a qualidade da relação conjugal pode afetar o subsistema parental, de modo que um relacionamento conjugal conturbado tende a trazer consequências, em sua maioria negativa, para os filhos. Da mesma forma, fenômenos relativos ao sistema parental, tal como a experiência da transição para a parentalidade, podem influenciar a conjugalidade (Bolze et al., 2017).

A construção da parentalidade se inicia com o desejo de ter filhos; desenvolve-se durante a gravidez e continua após o nascimento da criança. Nesse contexto, geralmente passam a fazer parte do cotidiano de grande parte dos casais as noites sem dormir, a falta de tempo para intimidade, o cansaço físico, dificuldades na conciliação da vida pessoal e profissional e gastos inesperados. Dessa forma, ressalta-se que tanto a construção quanto o exercício da parentalidade são influenciados pelo sistema conjugal, bem como o influenciam, em um processo bidirecional. A partir da compreensão de que a conjugalidade e a parentalidade estão ligadas ao processo de desenvolvimento familiar, é importante que suas fronteiras sejam nítidas, protegendo as demandas dos filhos, evitando inseri-los nos conflitos e tensões de ordem conjugal. Ademais, a conjugalidade pode ser dissolvida pela decisão

dos adultos em encerrar esse vínculo, ao passo que a parentalidade é indissolúvel, tendo em vista que os laços entre pais, filhos e irmãos devem continuar independentemente da configuração familiar (Ziviani et al., 2012).

Estudos corroboram as consequências destrutivas do conflito conjugal para as práticas parentais (Merrifield & Gamble, 2013; Schoppe-Sullivan & Mangelsdorf, 2013). Entretanto, sabe-se que nem todas as crianças expostas a experiências negativas tais como o conflito conjugal, desenvolvem problemas de ajustamento. A dinâmica do processo de transbordamento entre os subsistemas parental e conjugal constitui-se em um fenômeno complexo, resultante do interjogo entre variáveis individuais dos filhos, como o temperamento e a capacidade de resiliência, variáveis relativas ao funcionamento da família, tais como as práticas parentais, além das características individuais dos pais (personalidade e nível de satisfação com o relacionamento conjugal) e características do conflito conjugal (frequência, intensidade, resolução) (Carlson et al., 2011).

Evidencia-se a importância de conhecer a dinâmica familiar relacionada ao conflito conjugal para que seja possível construir e ofertar intervenções psicoeducativas e clínicas que contribuam para o fortalecimento das relações familiares e para a promoção de seu desenvolvimento (Hameister et al., 2015). A hostilidade e o estresse emergentes dos conflitos conjugais reverberam para a relação parental, acarretando alterações na disponibilidade emocional dos pais (tais como rejeição e irresponsividade) ou no controle que exercem sobre as crianças (disciplina severa ou inconsistente, por exemplo) (McCoy et al., 2013). Dessa forma, ações em direção à melhora do subsistema conjugal trazem resultados benéficos para a relação que se estabelece com o subsistema parental. Nesse sentido, quando o casal se envolve em atividades para manter o casamento e em ações para melhorar a satisfação conjugal, a eficácia de suas práticas parentais é maior do que naqueles que não investem na conjugalidade. Portanto, ações buscando a melhora do subsistema conjugal podem ter resultados benéficos na relação que se estabelece com o subsistema parental (Merrifield & Gamble, 2013).

Desenvolver habilidades de resolução de conflito entre os cônjuges, investindo na proteção da prole, potencializar a capacidade de suporte e divisão do trabalho coparental, assim como a coesão e adaptabilidade conjugal, tenderia a reverberar positivamente no ambiente familiar e, conseqüentemente, na saúde mental dos filhos (Mosmann et al., 2018). No que tange à coparentalidade, estudos indicam que tal fenômeno pode ser um elo importante na associação entre a conjugalidade e a parentalidade e que variáveis dos três subsistemas, conjugal, parental e coparental, atuam na constituição de um sistema familiar protetivo para o desenvolvimento saudável da prole (Mosmann et al., 2017). Ainda, pesquisas internacionais apontam que a inclusão da coparentalidade nas análises envolvendo conjugalidade e parentalidade, poderia levar a uma compreensão mais aprofundada acerca do desenvolvimento das crianças haja vista seus impactos nas relações sistêmicas familiares (Kwon et al., 2013; Mendez et al., 2015).

Neste estudo, foi investigada a produção científica nacional acerca da relação entre conflito conjugal e parentalidade. A fim de organizar a análise dos documentos selecionados, foram elaboradas duas perspectivas de análise: uma delas abordando a caracterização dos estudos, e a segunda perspectiva com foco nos principais resultados trazidos pelos estudos, na qual serão destacadas as

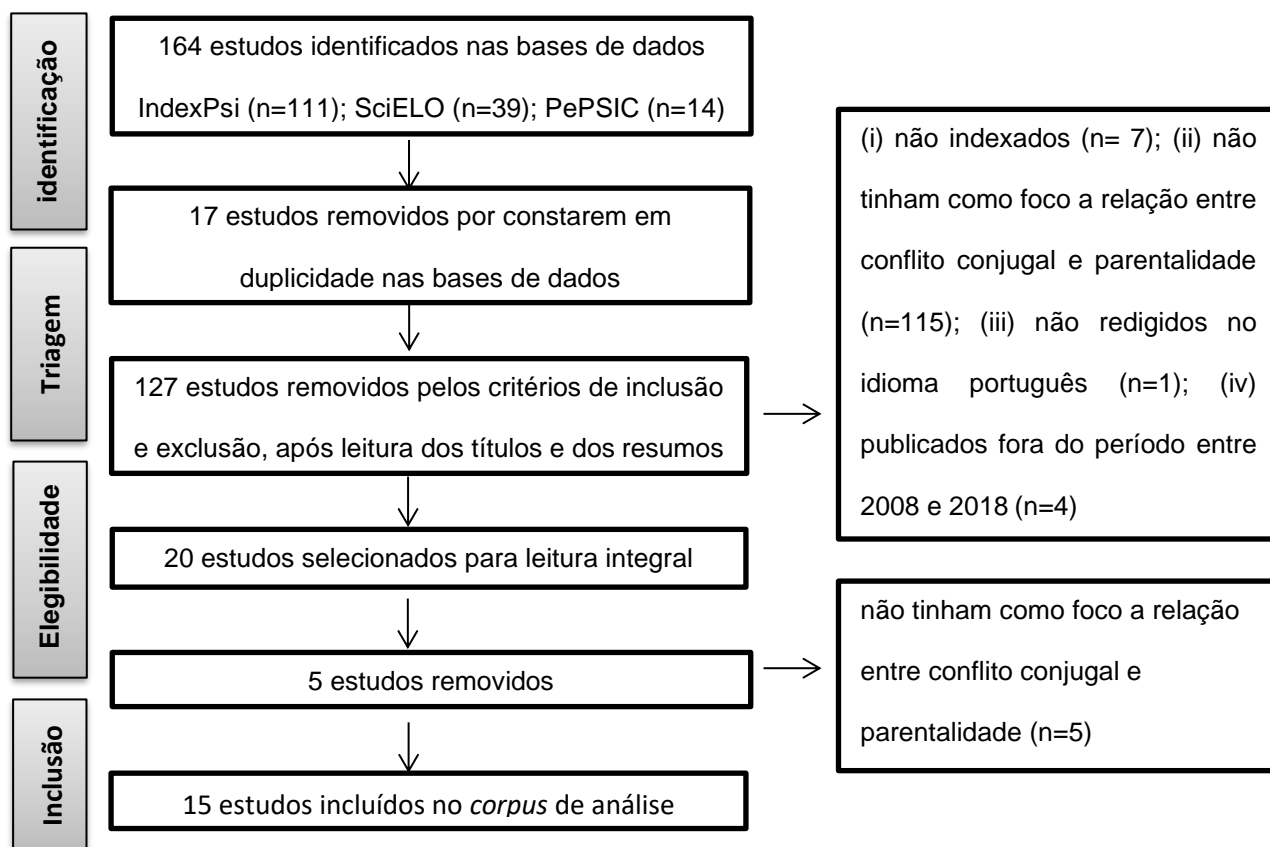
principais contribuições sobre o tema e os modelos explicativos acerca das relações entre o conflito conjugal e a parentalidade.

Método

O presente estudo se configura como uma revisão integrativa da literatura. O levantamento de documentos, realizado em outubro de 2019 e atualizado em março de 2020, foi realizado por meio da consulta ao portal Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi), com buscas nas bases de dados Scientific Electronic Library Online – Brasil (SciELO) e Index Psicologia – Periódicos técnico-científicos (Index Psi Periódicos), e no portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC). Para esse levantamento, foram elencados quatro descritores, conforme a terminologia indicada pela BVS, separados em dois grupos, quais sejam: Conflito Conjugal e Relações Conjugais; Parentalidade e Relações Familiares. A combinação entre um descritor do primeiro grupo com um descritor do segundo grupo resultou em quatro combinações possíveis, as quais foram usadas nas buscas: “Conflito Conjugal AND Parentalidade”; “Conflito Conjugal AND Relações Familiares”; “Relações Conjugais AND Relações Familiares”; “Relações Conjugais AND Parentalidade”. As diferentes combinações foram intermediadas pelo uso do operador booleano “AND” de modo a realizar um levantamento abrangente que incluísse o maior número de estudos da área.

Os critérios de inclusão foram os seguintes: (a) artigos indexados, visto que estes passam por um processo de avaliação rigorosa por pares; (b) texto completo disponível redigido em português (c) publicado no período compreendido entre 2008 e 2020, a fim de traçar um retrato mais fiel da produção contemporânea e de apontar possíveis lacunas para novos estudos; (d) possuir como temática central a relação entre o conflito conjugal e a parentalidade, sendo que foram considerados tanto casais casados formalmente ou coabitantes como também casais desfeitos que informaram que o conflito conjugal já estava presente no ambiente familiar antes do divórcio. Foram excluídos: (a) artigos não indexados, livros, capítulos de livros, teses, dissertações, monografias, resenhas; (b) documentos que não se relacionavam ou não se aproximavam do tema conflito conjugal e parentalidade. Não foram feitas restrições em relação ao tipo de delineamento metodológico, nem em relação às abordagens teóricas ou à área de investigação dos estudos.

Na busca inicial, obtiveram-se 164 artigos, os quais foram importados para o gerenciador de referências Zotero. Após a exclusão dos artigos duplicados, duas pesquisadoras realizaram a leitura e classificação dos títulos e dos resumos de 147 documentos, de modo que foram excluídos os trabalhos que não se enquadravam nos critérios de inclusão. O percentual de concordância entre as pesquisadoras foi de 89,3%. Em todos os casos em que houve discordância, a inclusão ou exclusão do estudo no *corpus* de análise foi realizada por consenso. Vinte estudos foram lidos na íntegra, sendo cinco deles excluídos, em comum acordo entre as pesquisadoras juízas. Assim, o corpo de análise da presente revisão integrativa foi composto por 15 estudos publicados em periódicos nacionais. Os procedimentos das etapas de levantamento, seleção e avaliação dos estudos estão ilustrados na Figura 1.



Resultados e Discussão

Os resultados e as discussões referentes aos 15 artigos científicos analisados foram organizados em duas subseções, a saber: 1) Caracterização dos estudos e 2) Principais Resultados. A seguir, será apresentada a caracterização dos estudos, incluindo a identificação da autoria e ano de publicação, participantes, instrumentos utilizados, delineamento metodológico, objetivos e, na sequência, serão analisados os principais resultados dos estudos selecionados.

Caracterização dos Estudos

Tabela 1 – Caracterização metodológica dos artigos selecionados indicando autoria, participantes, instrumentos, objetivos e resultados.

Autores	Participantes	Instrumentos	Objetivos	Resultados
---------	---------------	--------------	-----------	------------

Barbiero e Baumkarten (2015)	Não se aplica	Análise de filme	Compreender como se dá a formação da identidade conjugal, bem como as origens e efeitos das mudanças ocorridas com o nascimento dos filhos.	A transição para a parentalidade pode aumentar possibilidades de conflito na relação, os quais envolvem todo o ambiente familiar.
Bolsoni-Silva e Marturano (2010)	48 casais	Questionário de Comportamentos Socialmente Habilidosos; Escala Comportamental Infantil de Rutter; Questionário de Relacionamento Conjugal	Comparar relatos de pais e mães de pré-escolares com e sem problemas de comportamento, quanto ao relacionamento conjugal.	Casais com criança socialmente habilidosa foram mais positivos quanto à comunicação e características do cônjuge. Não foram encontradas diferenças na expressão de carinho.
Bolze, Böing, Schmidt e Crepaldi (2017)	12 casais	Questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada	Compreender características e estratégias de resolução de conflito conjugais e parentais em famílias com crianças.	Conflitos conjugais e parentais envolveram motivos pessoais, relacionais e contextuais e a utilização de estratégias de resolução construtivas e destrutivas.
Cecílio e Scorsolini-Comin (2013)	7 casais com filho(s) biológico(s) nascido(s) antes da chegada do(s) adotivo(s)	Técnica da história de vida e entrevista semiestruturada	Discutir a produção científica sobre relações conjugais e parentais e as experiências das parentalidades adotivas e biológicas.	A chegada de um filho repercute na dinâmica familiar. Destaca-se a necessidade de não generalização quanto ao declínio na satisfação conjugal com a chegada de um filho, pois a qualidade da relação anterior à transição de papéis deve ser considerada.

Cúnico Arpini (2017)	e 10 mães que detêm a guarda do filho.	Entrevista semiestruturada e grupo focal	Conhecer o impacto da conjugalidade e do projeto parental não compartilhado no exercício da parentalidade.	O projeto parental, quando não compartilhado pela dupla parental, produz fragilidades no exercício da parentalidade, em especial no envolvimento paterno.
Goulart Wagner (2013)	e 17 estudantes	Técnicas de grupo focal	Investigar a perspectiva dos filhos sobre conflitos conjugais	Os participantes mostraram-se atentos aos conflitos conjugais de seus pais e reconheceram suas repercussões.
Hameister, Barbosa e Wagner (2015)	Não se aplica	Não se aplica	Caracterizar o conflito conjugal, suas reverberações na parentalidade e no desenvolvimento dos filhos.	Consistência na literatura quanto às consequências dos distintos tipos de conflitos do casal para o desenvolvimento dos filhos. Constatou-se escassez de pesquisas na população brasileira. Resultados corroboram o processo de <i>spillover</i> .
Hernandez e Hutz (2009)	62 mulheres	Escala de Ajustamento Diádico (EAD)	Investigar o ajustamento conjugal e emocional no contexto de transição para a parentalidade.	Evidenciou-se declínio no ajustamento conjugal do pré para o pós-natal. A queda na qualidade da relação conjugal foi parcialmente explicada por fatores disposicionais, tais como depressão.
Juras Costa (2011)	e 3 famílias de 3 crianças com até 12 anos de idade (pai, mãe, filhos)	Entrevistas semiestruturadas; genograma; visita domiciliar e desenho da família	Investigar o ponto de vista dos filhos sobre a dinâmica do divórcio destrutivo.	As crianças frequentemente são incluídas no conflito e manifestam sentimentos de sofrimento e insatisfação com o conflito conjugal.
Juras Costa (2016)	e 4 mães e 3 pais	Entrevistas semiestruturadas	Conhecer as diferenças entre a parentalidade e conjugalidade de pais em situação de	Movimentos de manutenção e encerramento da conjugalidade e inclusão de terceiros no conflito conjugal contribuíram para confusão

				separação conjugal, entre papéis parentais e baixa renda e filhos conjugais. pequenos.
Lamela e Figueiredo (2016)	Não se aplica	se Não se aplica	Sumarizar resultados de estudos que testaram a associação entre saúde mental de crianças e coparentalidade pós-dissolução conjugal.	A coparentalidade é um mecanismo-chave dentro do sistema familiar para a predição da saúde mental infantil pós-dissolução conjugal. A coparentalidade deve ser considerada uma variável psicossocial na avaliação e diagnóstico da saúde mental infantil.
Moraes, Moraes, Veloso, Alves e Tróccoli (2009)	604 adultos heterossexuais	Escala de Percepção Parental Subjetiva	de Investigar a influência das percepções maritais e parentais negativas sobre a relação conjugal.	Participantes que relataram dificuldade no relacionamento conjugal também apresentaram dificuldade de relacionamento com a figura parental e percepções de dificuldades no relacionamento marital dos pais.
Mosmann, Costa, Einsfeld, Silva e Koch (2017)	100 homens e 100 mulheres	Faces III; Escala de Conflito Conjugal; Escala de Práticas Parentais; Escala de Relação Coparental	Avaliar associações da conjugalidade, parentalidade e coparentalidade com sintomas internalizantes e externalizantes dos filhos.	Adaptabilidade conjugal e aprovação coparental foram preditoras dos sintomas internalizantes e competição coparental, exposição do filho ao conflito coparental, prática parental de intrusividade, aprovação coparental e prática parental de supervisão do comportamento foram preditoras dos sintomas externalizantes.
Mosmann, Costa, Silva e Luz (2018)	100 homens e 100 mulheres	Faces III; Escala de Conflito Conjugal;	Investigar em crianças e adolescentes com e sem sintomas	Os três subsistemas familiares são interdependentes ao discriminarem os filhos com e

		Escala de Práticas Parentais; Escala de Relação Coparental (ERC)	psicológicos clínicos, o papel da relação conjugal, coparental e parental de seus pais.	sem sintomas psicológicos clínicos. Coparentalidade apresentou maior poder de discriminação entre grupos, seguida da parentalidade e da conjugalidade.
Schmidt, Crepaldi, Vieira e Moré (2011)	Não se aplica	Não se aplica	Analisar a produção científica sobre associações entre temperamento dos filhos e relação conjugal dos pais.	Estudos enfatizaram impactos do temperamento dos filhos na relação conjugal. Discute-se a importância de considerar o contexto familiar nas pesquisas.

Embora não tenham sido encontrados artigos com foco nas relações entre conflito conjugal e parentalidade publicados em 2019 e nos primeiros três meses de 2020, verifica-se a continuidade do interesse pelo tema ao longo dos últimos anos, sendo que a maioria das pesquisas (n=8) foi publicada a partir de 2015. Todavia, fica evidente tratar-se de um campo de investigação ainda pouco explorado, assim como também constatado por Mosmann et al. (2017) que, a partir de um estudo revisão da literatura sobre relacionamento conjugal, parentalidade e coparentalidade, destacam lacunas na pesquisa em contexto nacional acerca das relações entre os sistemas conjugal e parental.

No que tange ao delineamento metodológico dos estudos, em 46,67% deles foi utilizada a abordagem qualitativa de coleta e análise de dados (n=7) e em 33,33% optou-se pela abordagem quantitativa (n=5). Três pesquisas caracterizaram-se como estudos de revisão de literatura. Chama a atenção que em nenhum dos estudos componentes dessa revisão tenha sido utilizada a abordagem mista, mesmo que em várias pesquisas se ressalte a multideterminação dos fenômenos do conflito conjugal e da parentalidade e a complexidade da relação entre os sistemas, cenário propício, portanto, para o uso de desenhos metodológicos diversificados e também complexos.

Fizeram parte do corpo de análise três artigos de revisão de literatura. A pesquisa de Lamela e Figueiredo (2016) apresenta uma análise de estudos empíricos que testaram a associação entre coparentalidade após a dissolução conjugal e saúde mental dos filhos (crianças e adolescentes), com 11 artigos avaliados. Hameister et al. (2015) focaram no conflito conjugal e em suas reverberações na parentalidade e no desenvolvimento dos filhos, analisando 76 artigos publicados nos contextos nacional e internacional. Por fim, Schmidt et al. (2011) analisaram a produção científica acerca das associações entre temperamento dos filhos e relacionamento conjugal dos pais, sendo 10 artigos selecionados para análise. Embora os focos centrais dos estudos sejam diferentes, todos eles apontam a permeabilidade entre os sistemas conjugal e parental e os impactos, bidirecionais, entre eles.

Com relação às características dos participantes, há predominância de estudos realizados com casais heterossexuais, coabitantes com seus filhos. Chamou atenção a participação direta materna e

paterna, visto que em oito dos estudos analisados as coletas de dados foram realizadas com ambos os genitores. Com relação à idade dos participantes, pais e mães tinham entre 16 e 66 anos de idade e os filhos tinham entre um e 28 anos. As Instituições de Educação Superior que mais apareceram vinculadas aos autores foram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Embora a diversidade de periódicos que trazem publicações relativas à temática de investigação (10 periódicos), percebe-se que duas revistas se destacam, quais sejam, *Psicologia: Teoria e Pesquisa* (quatro estudos) e *Arquivos Brasileiros de Psicologia* (três estudos).

A fim de organizar a apresentação dos achados das pesquisas, foram criadas três subcategorias temáticas, de acordo com as similaridades nos temas abordados pelos artigos, quais sejam: 1) *Parentalidade contemporânea e parentais tradicionais*, na qual se evidencia que, apesar das modificações na sociedade nas papéis últimas décadas, ainda há uma idealização da maternidade e a sobrecarga de funções parentais sobre figura materna, bem como a visão do homem como provedor; 2) *Quando a conjugalidade e a parentalidade se misturam*, na qual se enfoca a permeabilidade dos dois sistemas e suas influências recíprocas, além da importância de firmar limites entre tais sistemas para preservar o desenvolvimento dos filhos e a saúde familiar; 3) *Conflito conjugal e trajetórias de desenvolvimento dos filhos*, enfocando os impactos do conflito conjugal no processo desenvolvimental dos filhos.

Parentalidade Contemporânea e Papéis Parentais Tradicionais

Frente transformações socioculturais ocorridas nas últimas décadas, as quais englobam fatores tais como as mudanças no estilo de vida das pessoas, o incremento da inserção da mulher no mercado de trabalho, o aumento do número de divórcios e de famílias monoparentais, é importante mapear, compreender e refletir sobre as novas configurações e dinâmicas familiares e seus impactos na parentalidade e no desenvolvimento infantil (Cúnico & Arpini, 2017; Juras & Costa, 2016). Nesse sentido, vários estudos analisados nessa revisão integrativa da literatura abordaram questões referentes à parentalidade contemporânea e indicam a perpetuação dos papéis parentais tradicionais (Barbiero & Baumgarten, 2015; Cecílio & Scorsolini-Comin, 2013; Cúnico & Arpini, 2017; Hernandez & Hutz, 2009; Juras & Costa, 2016; Lamela & Figueredo, 2016).

Mesmo que algumas pesquisas sinalizem o momento de transição nas representações sociais sobre as figuras materna e paterna e acerca do exercício da maternidade e da paternidade, perduram percepções tradicionais dos papéis. Os resultados das análises realizadas no estudo de Hernandez e Hutz (2009) evidenciam que “novos papéis precisam ser aprendidos, novos relacionamentos desenvolvidos e os já existentes, reordenados” (p. 419). Os autores apontam que, apesar das definições de gênero antes bastante distintas entre homens e mulheres estarem sendo amenizadas progressivamente, e das funções maternas e paternas estarem mais complementares, ainda há um forte determinismo biológico que sobrecarrega a figura materna nos cuidados com os filhos (Hernandez & Hutz, 2009).

No estudo de Juras e Costa (2016), as autoras afirmam que o conflito intenso, que chega a gerar violência doméstica, é o reflexo da cultura patriarcal, que enrijece os papéis de gênero e cria

desigualdades de poder entre homens e mulheres. Das falas dos participantes de seu estudo, depreenderam-se muitas crenças e valores rígidos de gênero, não apenas colocando mulheres no papel de cuidadoras e homens como provedores, mas também desigualdades de força e poder. Ainda que as mulheres entrevistadas tenham demonstrado atitudes de força e superação diante das dificuldades, elas foram alvo de diversas violências.

Barbiero e Baumkarten (2015) afirmam que, embora muitos estudos apontem para um crescente interesse por parte dos homens em participar dos cuidados com os filhos, acredita-se que esse interesse, quando dirigido ao campo dos comportamentos, ou seja, da ação propriamente dita, não se concretiza. Dessa forma, os autores ressaltam que houve muitas mudanças na configuração familiar, e não há mais somente um único modelo familiar, mas prevalecem ainda questões de papéis e cuidados fortemente atrelados ao gênero do genitor. Por outro lado, o aumento da participação paterna nos cuidados aos filhos e à casa evidenciada nos artigos componentes do corpo de análise, pode ter relação com o alívio da sobrecarga das funções maternas, o que pode possibilitar a atenuação dos conflitos conjugais.

Cecílio e Scorsolini-Comin (2013) sugerem que vivemos em um período de transição para a consolidação de um novo modelo de maternidade e de paternidade. Para a consolidação desses novos modelos, muitos elementos estão em jogo. Entre eles, a emergência de uma nova sensibilidade social, que se efetive em programas sociais objetivos, reformadores do mundo do trabalho, e que possam superar a ideologia do determinismo biológico e amenizar os impactos negativos da chegada do primeiro filho sobre as relações conjugais.

Embora estudos relativos a famílias nucleares sejam importantes, entende-se que é fundamental a realização de pesquisas sobre conflito conjugal, parentalidade e desenvolvimento de crianças em famílias com diferentes configurações. Em quatro dos artigos componentes do *corpus* de análise, investigaram-se famílias em que os casais estavam desfeitos, com guarda compartilhada ou chefiadas por “mãe solteira” (Cúnico & Arpini, 2017; Juras & Costa, 2011; 2016; Lamela & Figueredo, 2016). Conforme os achados de tais estudos, o conflito conjugal já permeava o ambiente familiar mesmo antes da dissolução do casal e, após a separação, tais conflitos, em sua grande maioria, não só permaneceram como passaram a permear a relação de coparentalidade dos genitores.

Cúnico e Arpini (2017), ao tratarem do projeto parental não compartilhado em casais desfeitos, relataram que a atuação paterna junto aos filhos, relacionada à atenção e a estar presente na vida deles, ainda é vista como opcional ou complementar à ação materna. Nesse sentido, a literatura tem destacado que não só o homem perpetua a visão tradicional de gênero, mas a mulher também tem um papel importante na manutenção dos papéis tradicionais quanto ao exercício da parentalidade (Barbiero & Baumkarten, 2015; Cúnico & Arpini, 2017; Hernandez & Hutz, 2009; Juras & Costa, 2016; Lamela & Figueredo, 2016). Conforme Barbiero e Baumkarten (2015), os valores rígidos de gênero em relação aos papéis de pai e mãe também contribuem para o afastamento do relacionamento parental após a separação. Em seu estudo, tanto os participantes homens como as mulheres compartilharam crenças semelhantes no que se refere à participação ativa da mãe no cuidado com os filhos, ao passo que manifestaram a crença de que o pai deveria assumir o papel de provedor da família.

Sendo assim, os estudos corroboram a ideia de que o processo de se tornar pai e mãe, mesmo na atualidade, envolve papéis de gênero arraigados a padrões tradicionais, instalando-se como um desafio para o cultivo da relação conjugal harmônica (Barbiero & Baumkarten, 2015; Cecílio & Scorsolini-Comin, 2013; Hernandez & Hutz, 2009). De acordo com os resultados de Cúnico e Arpini (2017), é no cotidiano de cada contexto familiar que devem se dar as mudanças e adaptações necessárias ao pleno exercício da coparentalidade, esta entendida como um interjogo de papéis que se relacionam com o cuidado global da criança, incluindo valores, ideais e expectativas dirigidas aos filhos, em um exercício de responsabilidade conjunta, que requer romper ideias estereotipadas acerca dos papéis de gênero.

Quando a Conjugalidade e a Parentalidade Se Misturam

A permeabilidade entre os sistemas conjugal e parental foi evidenciada pelos estudos (Barbiero & Baumkarten, 2015; Bolsoni-Silva & Marturano, 2010; Cecílio & Scorsolini-Comin, 2013; Cúnico & Arpini, 2017; Hameister et al., 2015; Juras & Costa, 2016; Moraes et al., 2009), cujos achados indicaram que a qualidade da relação conjugal provoca reflexos na forma como os pais gerenciarão os problemas com as crianças, pois a habilidade para resolver os conflitos conjugais se reflete no exercício da parentalidade. Desse modo, os impactos dos conflitos conjugais nas relações parentais podem comprometer a qualidade de vida e a trajetória de desenvolvimento da família como um todo e de cada um de seus membros (Padilha et al., 2019).

Esses achados dialogam também com Gómez-Ortiz et al. (2017), ao dizer que a qualidade do relacionamento parental parece ser um elemento de influência direta e indireta, não apenas no bem-estar e no ajuste dos membros desse casal, mas também, e principalmente, nos filhos, os quais dependem independentemente do estado da mesma. Nesse sentido, vale salientar que a grande maioria dos estudos analisados ressalta que casais com dificuldades no relacionamento conjugal geralmente também apresentam dificuldades no exercício da parentalidade.

A transição para parentalidade é apontada como um momento, no ciclo de vida da família, potencialmente permeado por conflitos (Barbiero & Baumkarten, 2015; Cúnico & Arpini, 2017; Juras & Costa, 2016). Na transição para a parentalidade, Barbiero e Baumkarten (2015) expõem que, se antes, pais e mães de primeira viagem conheciam os papéis de filhos, irmãos, namorados ou esposos, passam a enfrentar o complexo desafio de exercer as funções da parentalidade, para as quais ninguém é completamente preparado com antecedência. O primeiro filho faz o casal se deparar com novos propósitos, identidades e papéis. Nesse contexto de readaptações, incertezas, descobertas, reinvenções, podem ocorrer conflitos e desajustes na qualidade da relação amorosa, de modo que os cônjuges enfrentam o desafio de se adaptar às novas mudanças e demandas (Cecílio & Scorsolini-Comin, 2013).

Quando existem dificuldades por parte do par parental em diferenciar os papéis conjugais dos parentais, implicando em conflitos entre os cônjuges ou ex-cônjuges, os filhos podem ser envolvidos ou sentir-se obrigados a se envolver nas brigas dos pais (Juras & Costa, 2011). Nesse sentido, os resultados encontrados por Hameister et al. (2015) demonstram que a reverberação do conflito conjugal para a parentalidade pode ocorrer de maneira direta, pela exposição ao conflito, ou indireta, advinda de mudanças nas atitudes de um ou de ambos os cônjuges, ou dos sentimentos gerados na criança ou

adolescente. Os pesquisadores indicam que a reverberação direta ou indireta pode afetar tanto as relações entre o subsistema parental quanto o ajustamento e as relações dos filhos com seus pares.

Dos artigos selecionados para a revisão, sete relataram a bidirecionalidade entre os conflitos conjugais e a parentalidade. Por mais que outros artigos integrantes do corpo de análise também tenham indicado que as relações familiares se influenciam mutuamente, tais estudos não especificaram a influência dos filhos nos conflitos dos casais, mantendo assim o foco somente nos impactos do conflito conjugal em direção à parentalidade e ao desenvolvimento dos filhos. Todavia, é importante ressaltar que a reverberação pode ocorrer no sentido dos filhos para a conjugalidade dos pais. Nessa direção, Schmidt et al. (2011) apontam para os efeitos do temperamento dos filhos no relacionamento conjugal dos pais, ressaltando que características relacionadas ao temperamento difícil dos filhos estão associadas a prejuízos na qualidade da conjugalidade.

Quanto aos artigos que relatam o conflito entre os casais desfeitos, com problemas relacionais anteriores ao divórcio e, posteriormente, com conflitos que permeiam a coparentalidade, percebeu-se a dificuldade destes genitores em diferenciar os papéis parentais e os conjugais. Cúnico e Arpini (2017) pesquisaram a parentalidade e o conflito existente entre casais desfeitos e relatam as dificuldades dos pares em compreender que quem se separa é o casal conjugal, devendo a relação parental se manter, e que, se não trabalhadas tais questões, pode ocorrer o afastamento progressivo do genitor que não fica com a guarda da criança.

A construção dos novos papéis, de pai e de mãe, se personaliza pela presença de crises, aprendizagens, descobertas e pela necessidade de adaptações e da instauração de novas formas de relações na família. Nesse sentido, Barbiero e Baumgarten (2015) enfatizam que o processo de construção da identidade conjugal engloba disposição, diálogo e compreensão, processo esse que costuma ganhar em complexidade quando o casal tem filhos, posto que a chegada de um filho provoca profundas transformações físicas, psicológicas e sociais no sistema conjugal e em cada um de seus membros.

Conflito Conjugal e Trajetórias de Desenvolvimento dos Filhos

Os resultados dos estudos analisados sinalizam que o impacto negativo do conflito conjugal não reflete somente na interação do casal, mas também no desenvolvimento da criança e do adolescente nas dimensões emocional, cognitiva e social, podendo deixar sequelas duradouras, principalmente quando o conflito envolve violência física e verbal entre o casal. Nesse sentido, a saúde mental dos filhos pode ser favorecida ou prejudicada em decorrência de aspectos da conjugalidade dos pais e da coparentalidade, além da relação parental (Mosmann et al., 2018; Padilha et al., 2019).

Pesquisas (Goulart & Wagner, 2013; Hameister et al., 2015) salientam a análise das quatro dimensões dos conflitos, sendo elas: (a) frequência, (b) intensidade, (c) conteúdo e (d) resolução. Os autores ressaltam que a exposição dos filhos a determinados tipos de conflito os coloca sob risco de desenvolver problemas de ajustamento. Assim, os conflitos mais prejudiciais aos filhos são aqueles que são frequentes, intensos, relacionados aos filhos e pobres em resolução. Portanto, a partir da literatura estudada, pode-se concluir que o conflito conjugal pode prejudicar o desenvolvimento e o bem-estar dos filhos.

Dos estudos analisados, seis objetivaram analisar diretamente o desenvolvimento dos filhos em contextos de famílias com conflito conjugal, de modo que as demais pesquisas abordaram o tema de forma indireta – por meio de subcategorias resultantes da pesquisa principal. A respeito dos sentimentos mais sinalizados pelos filhos frente às situações de conflitos conjugais, são eles: culpa, insegurança, tristeza, medo de que os pais se separem ou se agredam ou medo de serem agredidos pelos pais, isolamento, expressões e posturas de angústia, tristeza, raiva, preocupação e ameaça a si ou à constituição familiar indicando que o conflito de casal dos pais se mostra como um estressor significativo para a criança (Goulart & Wagner, 2013; Hameister et al., 2015).

Por outro lado, Hameister et al. (2015) apontam que a reverberação do conflito conjugal é regulada a partir da forma como os filhos interpretam e reagem a tais conflitos. Nesse sentido, Goulart e Wagner (2013) chamam a atenção para o caráter multidimensional do conflito e para a multiplicidade de fatores que influenciam a vulnerabilidade dos filhos ao conflito conjugal. Dessa forma, indicam que a criança, ao testemunhar conflitos conjugais entre seus pais, pode empreender esforços cognitivos, comportamentais e emocionais para significar e lidar com essas interações conflitivas. Portanto, as repercussões negativas ou positivas do conflito conjugal nos filhos relacionam-se as suas percepções acerca desse contexto. Crianças e adolescentes que se sentem protegidos e confiantes tendem a lidar melhor com situações de conflito, de modo que a forma como o casal lida com os conflitos e a atmosfera emocional da relação conjugal são fatores fundamentais (Hameister et al., 2015).

Considerações Finais

O presente estudo apresentou uma análise da produção científica sobre a relação entre conflito conjugal e parentalidade, sistematizando os aspectos metodológicos e os principais resultados da literatura revisada. Verificou-se a prevalência de pesquisas com delineamento qualitativo de coleta e análise de dados, bem como o número reduzido de publicações acerca da temática, o que indica lacunas e possibilidades de delineamentos para pesquisas futuras. As constatações, apresentadas por diversos estudos, no que tange à permeabilidade entre os sistemas conjugal e parental e às ressonâncias do conflito conjugal no exercício da parentalidade, com consequências para trajetórias de desenvolvimento da família e de seus integrantes, coloca em destaque a relevância de pesquisas nessa área de conhecimento.

Estudos com foco no conflito destrutivo prevaleceram, evidenciando, em suma, os prejuízos que o conflito pode causar não só na conjugalidade, mas também no exercício da parentalidade e no desenvolvimento dos filhos. Embora a importância desses achados, destaca-se a necessidade de produzir estudos sobre estratégias construtivas de resolução de conflitos conjugais e parentais, posto que conflitos são inerentes às relações humanas e, em maior ou menor grau, fazem parte do cotidiano de todas as famílias. Portanto, o conhecimento sobre as diferentes estratégias utilizadas para resolução de conflitos, entendidas de forma contextualizada, ou seja, de acordo com a realidade de cada família, pode instrumentalizar famílias e profissionais que trabalham com famílias auxiliando-os a identificar, desenvolver e manter estratégias construtivas de resolução de conflitos.

Embora o conflito conjugal se constitua em um potencial estressor para os filhos, deve-se tomar todo o cuidado para evitar generalizações sobre os impactos dos conflitos conjugais em suas trajetórias de desenvolvimento. Nem todas as crianças e adolescentes são afetados pelo conflito entre seus pais e nem todos são afetados da mesma forma. Variáveis referentes às características de pessoa, tais como o temperamento, e características de contexto, tal como a rede de apoio e relacionamento com a família extensa, além do ambiente escolar, exercem importante papel. Há um amplo leque de variáveis inclusas no modo como os filhos entenderão e lidarão com os conflitos conjugais, não podendo ser considerada uma simples relação de “causa e efeito”. Ainda, ressalta-se a relevância de realizar mais estudos com o objetivo de compreender a bidirecionalidade entre o conflito conjugal e a parentalidade, visto que apenas um dos artigos teve como objetivo principal estudar a relação bidirecional.

Por fim, os resultados apresentados incentivam a realização de pesquisas acerca da relação entre conflito conjugal e parentalidade, sobretudo no contexto nacional, de modo que seus achados podem contribuir para a construção e o incremento de políticas públicas direcionadas à promoção do desenvolvimento familiar. Ademais, a ampliação da compreensão sobre o fenômeno pode trazer importantes implicações à prática profissional do psicólogo que trabalha com famílias, haja vista que pode levar ao aprimoramento de intervenções que busquem promover os relacionamentos familiares e, mais especificamente, pode trazer mais recursos para o manejo terapêutico de situações de conflito conjugal no sentido da identificação e adoção de estratégias positivas de resolução conjugais e parentais de modo a promover o desenvolvimento dos filhos. Partindo do entendimento de que as influências entre os sistemas são recíprocas, os achados aqui apresentados potencializam a reflexão acerca do funcionamento familiar, a partir de uma perspectiva sistêmica, instigando o interesse pelo entendimento cada vez mais aprofundado das ressonâncias entre parentalidade e conjugalidade.

Além das contribuições, esse estudo também apresenta limitações. Uma delas se refere ao período de publicação dos artigos analisados, às bases de dados pesquisadas e aos descritores escolhidos. É possível que ao se buscar por publicações anteriores ao ano de 2008, em bases de dados diferentes, ou mesmo em livros, dissertações e teses, considerando ainda o uso de diferentes descritores, outros estudos sejam encontrados, de modo a ampliar as análises propostas pelo presente estudo.

Referências

- Barbiero, E. B., & Baumkarten, S. T. (2015). Somos pais, e agora? A história de nós dois depois dos filhos. *Pensando Famílias*, 19(1), 32-45.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Marturano, E. M. (2010). Relacionamento conjugal, problemas de comportamento e habilidades sociais de pré-escolares. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(1), 67-75.
- Bolze, S. D. A., Schmidt, B., Böing, E., & Crepaldi, M. A. (2017). Conflitos conjugais e parentais em famílias com crianças: características e estratégias de resolução. *Paidéia*, 27, 457-465.
- Carlson, M. J., Pilkauskas, N. V., Mc Lanahan, S. S., & Brooks-Gunn, J. (2011). Couples as partners and parents over children's early years. *Journal of Marriage and Family*, 73, 317-334.

- Cecílio, M. S., & Scorsolini-Comin, F. S. (2013). Relações entre conjugalidade e parentalidades adotiva e biológica. *Psico*, 44(2), 245-256.
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2017). Projeto parental não compartilhado: Implicações no exercício da parentalidade. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 33, e33414.
- Erel, O., & Burman, B. (1995). Interrelatedness of marital relations and parent-child relations: a meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 118(1), 108-132.
- Gómez-Ortiz, O., Martín, L., & Ortega-Ruiz, R. (2017). Conflictividad parental, divorcio y ansiedad infantil. *Pensamiento Psicológico*, 15(2), 67-78.
- Goulart, V. R., & Wagner, A. (2013). Os conflitos conjugais na perspectiva dos filhos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 392-408.
- Hameister, B. D. R., Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: Uma revisão sistemática do efeito spillover. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 67(2), 140-155.
- Hernandez, J. A. E., & Hutz, C. S. (2009). Transição para a parentalidade: Ajustamento conjugal e emocional. *Psico*, 40(4), 414-421.
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2011). O divórcio destrutivo na perspectiva de filhos com menos de 12 anos. *Estilos da Clínica*, 16(1), 222-245.
- Juras, M. M., & Costa, L. F. (2016). Não foi bom pai, nem bom marido: Conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(spe), e32ne215.
- Kwon, K. A., Jeon, H. J., & Elicker, J. (2013). Links among coparenting quality, parental gentle guidance, and toddlers' social emotional competencies: Testing direct, mediational, and moderational models. *Journal of Family Studies*, 19(1), 19-34.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2016). Coparentalidade após a dissolução conjugal e saúde mental das crianças: Uma revisão sistemática. *Journal de Pediatria*, 92(4), 331-342.
- McCoy, K. P., George, M. R. W., Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2013). Constructive and destructive marital conflict, parenting, and children's school and social adjustment. *Social Development*, 22(4), 641-662.
- Mendez, L. M. R., Loker, T., Fefer, S., Wolgemuth, J., & Mann, A. (2015). "Either come together or fall apart": Coparenting young children with challenging behaviors. *Couple and Family Psychology: Research and Practice*, 4(2), 74-91.
- Merrifield, K., & Gamble, W. C. (2013). Associations among marital qualities, supportive and undermining coparenting, and parenting self-efficacy: testing spillover and stress-buffering processes. *Journal of Family Issues*, 34(4), 510-533.
- Moraes, M. C. J. D., Moraes, G. R. J. D., Veloso, F. G. C., Alves, G. M. M., & Tróccoli, B. T. (2009). Influência das percepções maritais/parentais sobre relacionamentos de conjugalidade: Método ADI/TIP. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 25(4), 647-655.
- Mosmann, C. P., Costa, C. B., Einsfeld, P., Silva, A. G. M., & Koch, C. (2017). Conjugalidade, parentalidade e coparentalidade: associações com sintomas externalizantes e internalizantes em crianças e adolescentes. *Estudos de Psicologia*, 34(04), 487-498.

- Mosmann, C., Costa, C. B. D., Silva, A. G. M. D., & Luz, S. K. (2018). Filhos com sintomas psicológicos clínicos: Papel discriminante da conjugalidade, coparentalidade e parentalidade. *Temas em Psicologia, 26*(1), 429-442.
- Padilha, C. S., Seidler, J. G. L., & Silva, D. D. D. M. (2019). Problemas de comportamento infantil no contexto da família em crise conjugal: Contribuições da terapia sistêmica. *Pensando Famílias, 23*(2), 43-57.
- Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Vieira, M. L., & Moré, C. L. O. O. (2011). Relacionamento conjugal e temperamento de crianças: Uma revisão da literatura. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, 63*(3), 89-106.
- Schoppe-Sullivan, S. J., & Mangelsdorf, S. C. (2013). Parent characteristics and early coparenting behavior at the transition to parenthood. *Social Development, 22*(2), 363-383.
- Ziviani, C., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2012). Pai e mãe na conjugalidade: Aspectos conceituais e validação de construto. *Paidéia, 22*(52), 165-176.

Endereço para correspondência

lbgomes@furb.com.br

Enviado em 29/09/2019

1ª revisão em 15/06/2020

2ª revisão em 02/12/2020

Aceito em 18/12/2020